

**LEI Nº 3.767, DE 15 DE MARÇO DE 2023**

***ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS CONTIDOS NA  
LEI MUNICIPAL DE Nº 3.458/2017, QUE DISPÕE  
SOBRE CANCELAMENTO DE CRÉDITOS  
TRIBUTÁRIOS INSCRITOS OU NÃO EM DÍVIDA  
ATIVA E ESTABELECE VALOR MÍNIMO PARA  
EXECUÇÃO FISCAL, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.***

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1º.** Ficam alteradas as redações do Parágrafo único do art. 1º; art. 3º caput, e art. 4º caput da Lei Municipal de nº 3.458/2017, que passarão a vigorar com as redações seguinte:

**“Art. 1º.** .....  
Parágrafo único. A revisão de que trata o caput deste artigo será procedida pela Secretaria Executiva de Finanças e Planejamento deverá ser documentada em expediente administrativo, e, se for o caso, mediante termo fiscal, de conformidade com os procedimentos que forem estabelecidos.”

**“Art. 3º.** Fica fixado em 20 URFMA (Unidade de Referência Fiscal do Município de Alegre), o valor mínimo para judicialização de Execução Fiscal, objetivando a cobrança de dívida ativa da Fazenda Pública Municipal.

**Art. 4º.** Os valores da Dívida Ativa da Fazenda Pública inferiores a 20 URFMA (Unidade de Referência Fiscal do Município de Alegre), serão cobrados administrativamente pelo Poder Público Municipal, e enviados a cartório para protesto.”

**Art. 2º.** Fica revogado o inciso V do art. 1º da Lei Municipal de nº 3.458/2017.

**Art. 3º.** Permanecem inalterados os demais dispositivos contidos na Lei Municipal de nº 3.458/2017.

**Art. 4º.** A opção pelo REFIS não exclui a responsabilidade do contribuinte pelo pagamento dos emolumentos do cartório, custas judiciais e honorários sucumbenciais eventualmente existentes.

**Art. 5º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Alegre/ES, 15 de março de 2023.

**NEMROD EMERICK - Nirrô**  
**Prefeito Municipal**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre